

23 METAS REGISTRADAS EM CARTÓRIO EM 2022.

1000%
ALCANÇADAS EM 2026.



- **Projeto de Lei 49/2026:** Altera a Lei nº 11.346/2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), para estabelecer a obrigatoriedade de estrutura organizacional municipal específica como condição para o acesso a recursos federais de combate à fome.
- **Projeto de Lei 167/2026:** Altera a Lei nº 14.821/2024, que institui a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades (Estratégia Brasil Sem Fome), para estabelecer metas específicas e protocolos de busca ativa para a população em situação de rua.

Atos de fiscalização:

- **RIC 2861/2023:** cobrou da Casa Civil medidas para evitar aumento dos itens da cesta básica e reduzir o custo dos alimentos essenciais.
- **RIC 3025/2023:** questionou bloqueio superior a R\$ 262 milhões no orçamento do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social e seus impactos.
- **RIC 627/2023:** cobrou a retomada do Programa de Aquisição de Alimentos e sua expansão ao Amazonas.
- **RIC 1406/2024 e RIC 1836/2024:** cobraram medidas contra insegurança alimentar, inclusive especificamente na Região Norte e no Amazonas.
- **RIC 6620/2025:** pediu detalhamento das ações federais específicas contra a insegurança alimentar no Amazonas.
- **Ofício 356/2025:** cobrou do Governo do Amazonas providências diante dos indicadores de insegurança alimentar.
- **Ofício 160/2026:** denunciou ao MPE-AM suposto esquema de cobrança ilícita e favorecimento no acesso ao Bolsa Família em Manaus.

Emendas e Recursos Indicados

O mandato indicou mais de R\$ 269,1 milhões em emendas parlamentares entre 2023 e 2026 para todo o Estado do Amazonas, distribuídos entre a capital e municípios do interior. Desses, mais de R\$ 99,2 milhões foram destinados a ações e instituições em Manaus e o restante voltado a municípios do interior.

Metodologia Inovadora e Participativa

Realização dos Editais Abertos de Emendas com critérios técnicos de viabilidade e votação popular via aplicativo (Buracômetro), permitindo que prefeituras, hospitais, polos de atendimento e entidades sociais concorressem por mérito e impacto social direto na economia local.

Além de indicar recursos para os municípios, o mandato fiscalizou a execução das emendas e de investimentos federais para evitar que dinheiro destinado ao interior terminasse parado ou sem transparência.

- **Ofício 067/2025:** pediu apuração de possível irregularidade na tramitação e indeferimento de emendas destinadas ao IASSE.
- **Ofícios 124 e 125/2025:** cobraram execução das emendas individuais RP6 e de bancada RP7 destinadas ao Fundo Estadual de Saúde.
- **RIC 1204/2023:** fiscalizou convênio federal para construção de abatedouro no Careiro, obra que aparecia como paralisada.
- **RICs 2533, 2534 e 2535/2024:** voltaram a cobrar execução de obras respectivamente em Novo Aripuanã, Parintins e Nova Olinda do Norte.

Há ainda fiscalização de portos, infraestrutura, saneamento, estradas, equipamentos públicos e outras obras federais espalhadas pelo interior.

03

Distribuição de medicamentos de alto custo no SUS

Foram apresentados projetos de lei sobre o tema, sendo eles:

- **PL 5613/2023:** Institui o Programa Nacional Farmácia Solidária.
- **PL 3806/2023:** Acrescenta a alínea “k” ao inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250/1995, para que sejam dedutíveis, na declaração do Imposto de Renda, as despesas com a aquisição de medicamentos de uso contínuo para pessoas com paralisia cerebral, doenças graves e autoimunes.
- **PFC 11/2026:** Propõe que a Comissão de Saúde realize, com o auxílio do TCU, ato de fiscalização e controle para verificar os processos de gestão, armazenamento e distribuição de insumos, medicamentos e serviços de home care custeados com recursos federais no Amazonas, referente ao período de 2023 a 2026.
- **Projeto de Lei 136/2026:** Altera a Lei nº 12.764/2012, para aperfeiçoar as diretrizes de acesso a medicamentos de uso contínuo para pessoas com Transtorno do Espectro Autista no âmbito do SUS.

A meta gerou fiscalização continuada durante vários anos, e não um ato isolado.

- **RIC 2599/2023:** investimentos para medicamentos de alto custo no SUS.
- **RIC 3210/2023:** aumento dos preços dos medicamentos.
- **RIC 1427/2024:** reajuste dos preços máximos dos medicamentos.
- **RIC 2570/2024:** nova cobrança após considerar insuficiente a resposta anterior sobre medicamentos de alto custo.
- **RIC 390/2024 e RIC 434/2024:** desvio, descarte e perda de medicamentos.

- **RIC 436/2024:** falta de medicamentos, com ênfase no Amazonas.
- **RIC 469/2024:** recursos enviados para compra de medicamentos em Manaus e demais municípios.
- **RIC 896/2024 e 816/2025:** falta de medicamentos e tratamento para pessoas autistas.
- **Ofícios 107, 108 e 109/2024:** cobrança direta ao município e ao Estado.
- **Ofício 060/2025:** providências pela falta de risperidona líquida em Eirunepé.
- **Ofícios 144 a 147/2025:** falta de medicamentos, insumos e falhas assistenciais.
- **Ofício 395/2025:** cobrou detalhadamente a execução dos recursos federais da assistência farmacêutica no Amazonas.

04

Redução dos prazos processuais para quem busca direito a medicamento ou cirurgias

Foram apresentados projetos de lei sobre o tema, sendo eles:

- **PL 4660/2023:** Dá nova redação ao art. 1.048 da Lei nº 13.105/2015 - Código de Processo Civil.
- **PL 6716/2025:** Altera a Lei nº 8.080/1990, para dispor sobre a transparência das filas de cirurgias eletivas no âmbito do SUS, e dá outras providências.
- **PL 6688/2025:** Institui o Cadastro Nacional de Espera em Saúde Mental no âmbito do SUS e dá outras providências.
- **Projeto 91/2026:** Altera a Lei nº 9.656/1998, para estabelecer regras de transparência, justificativa obrigatória de negativas, limites de reajuste, prazos máximos de autorização de procedimentos e portabilidade imediata entre planos de saúde.
- **Projeto de Lei 312/2026:** Altera a Lei nº 8.080/1990 para dispor sobre a regulação do acesso e o encaminhamento de pacientes em situações de urgência e emergência no âmbito do SUS, com base na disponibilidade de capacidade assistencial instalada.

A fiscalização evolui de “quanto tempo demora?” para “por que o sistema está demorando e quem precisa responder por isso?”

- **RIC 2600/2023:** medidas para reduzir os prazos para medicamentos de alto custo e cirurgias essenciais.
- **RIC 1626/2024:** fila de cirurgias eletivas do SUS.
- **RIC 2574/2024:** nova cobrança ao Ministério da Saúde após resposta considerada insuficiente.
- **Ofício 118/2026:** demora excessiva no SISREG e falhas do Saúde AM Digital.
- **Ofício 119/2026:** encaminhou o problema ao Ministério Público para apuração de possíveis falhas, omissões e descontinuidade assistencial.

05

Isenção do Imposto de Renda e pelo saque do FGTS para pacientes com doenças crônicas, autoimunes, dentre outras

Foram apresentados projetos de lei sobre o tema, sendo eles:

- **PL 3553/2025:** Altera o art. 8º-A do Decreto-Lei nº 1.598/1977, para adequá-lo ao entendimento administrativo do CARF, quanto à aplicação de multas por inexatidões, omissões ou incorreções em obrigações acessórias.
- **PL 2270/2023:** Altera a Lei nº 7.713/1988, para isentar as pessoas portadoras de fibromialgia, doenças crônicas e autoimunes graves, dentre outras, do pagamento de imposto de renda.
- **PL 3806/2023:** Acrescenta a alínea “k” ao inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250/1995, para que sejam dedutíveis, na declaração do Imposto de Renda, despesas com medicamentos de uso contínuo para pessoas com paralisia cerebral, doenças graves e autoimunes.
- **PL 440/2024:** Altera a Lei nº 7.713/1988 para incluir doenças no rol de doenças com previsão de isenção do imposto de renda sobre proventos de aposentadoria ou reforma.
- **PL 1300/2023:** Altera a Lei nº 7.713/1988, para incluir a fibromialgia e as doenças crônicas e autoimunes graves no rol de doenças com previsão de isenção do imposto de renda sobre proventos de aposentadoria ou reforma.
- **PL 1568/2023:** Altera a Lei nº 8.036/1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do FGTS quando o trabalhador ou dependente for pessoa com doença grave, crônica ou rara.
- **PL 3502/2025:** Dispõe sobre a criação de incentivo fiscal no IRPF para dedução de despesas com cuidador formal de pessoa com deficiência, e altera a Lei nº 9.250/1995.
- **Projeto de Lei 181/2026:** Altera a Lei nº 9.250/1995, para dispor sobre a dedução, no Imposto de Renda da Pessoa Física, das despesas com instrução de pessoa com Transtorno do Espectro Autista, quando de natureza terapêutica, equiparando-as a despesas médicas.

06

Ampliação dos programas de cidadania das Defensorias Públicas

Emendas Diretas

Destinação de R\$ 1,819 milhão em emendas parlamentares para a Defensoria Pública do Estado do Amazonas (DPE-AM), viabilizando a aquisição e entrega de 7 veículos operacionais (6 caminhonetes 4x4 para o interior e polos regionais e 1 veículo para a capital) dentro do Plano Nacional Defensoria em Todos os Cantos. A iniciativa levou atendimento jurídico e cidadania a ramais, comunidades rurais e ribeirinhas de difícil acesso.

Com a fiscalização, essa meta fica particularmente redonda: cobrou política pública + colocou dinheiro e entrega de veículos.

- **RIC 2601/2023:** medidas federais para ampliação dos programas de cidadania das defensorias.
- **RIC 2602/2023:** cobrança semelhante ao Ministério da Justiça.
- **RIC 2569/2024:** voltou ao Ministério dos Direitos Humanos porque a resposta anterior precisava de esclarecimentos.

Fiscalização em Campo e Expedições

Realização de expedições terrestres cobrindo mais de 4 mil quilômetros entre Brasília e Manaus durante o inverno amazônico para documentar e auditar os trechos intrafegáveis, resultando no documentário de denúncia e prestação de contas BR-319: Vidas na Lama.

Instrumentos de Controle

Protocolo formal de Requerimentos de Informação (ex.: RIC 631/2023) junto ao Ministério dos Transportes e ao DNIT exigindo esclarecimentos sobre cronogramas contratuais, investimentos em manutenção e execução orçamentária na rodovia.

Atos de fiscalização:

- **RIC 631/2023:** obras de revitalização e pavimentação da BR-319.
- **RICs 2629, 2630 e 2631/2023:** exclusão da rodovia do Novo PAC e providências para retomada.
- **RIC 1646/2024:** atraso na divulgação do relatório do Grupo de Trabalho.
- **RIC 2557/2024:** cobrança adicional após resposta do governo.
- **RIC 3799/2025:** travessia Manaus–Careiro da Várzea.
- **RICs 6500 e 6501/2025:** Trecho do Meio, licença ambiental, governança e transparência.
- **RIC 955/2025:** posição do Ministério do Meio Ambiente sobre reconstrução e execução sustentável.
- **Ofício 043/2025:** inoperância dos postos da PRF ao longo da BR.
- **Ofício 127/2025:** falhas nas estruturas provisórias sobre os rios Curuçá e Autaz Mirim.

Foram apresentados projetos de lei sobre o tema, sendo eles:

- **PL 6155/2025:** Institui o Programa Nacional de Apoio à Tecnologia Sustentável na Amazônia, com o objetivo de fomentar a inovação, o desenvolvimento tecnológico e a produtividade nas cadeias produtivas sustentáveis da região amazônica.
- **PL 6153/2025:** Institui incentivos às empresas que valorizem e promovam o consumo de produtos amazônicos.
- **PL 928/2025:** Institui incentivos às empresas que valorizem e promovam as experiências e aprendizados das comunidades tradicionais da floresta Amazônica.
- **PL 4895/2024:** Institui incentivos fiscais para empresas que investirem em soluções tecnológicas sustentáveis para a expansão da conectividade na região amazônica, e dá outras providências.
- **Projeto de Lei 403/2026:** Altera a Lei nº 12.815/2013 para instituir diretrizes para a logística de bioeconomia e disciplinar a implantação de instalações portuárias de pequeno porte destinadas ao escoamento de produtos da sociobiodiversidade na Ama-

zônia Legal.

- **Projeto de Lei 09/2026:** Dispõe sobre o Marco Legal da Bioinovação e Produtividade na Amazônia, criando um regime jurídico especial para o desenvolvimento, pesquisa, produção e comercialização de soluções tecnológicas na bioeconomia amazônica.
- **Projeto de Lei 276/2026:** Institui a Política Nacional de Inovação Regional Amazônica, estabelece regime especial de incentivo à bioeconomia na Região Norte e dá outras providências.

Ato de fiscalização:

- **RIC 4261/2025:** cobrou do Ministério da Fazenda critérios, fundamentos técnicos e impactos econômicos e fiscais da revisão dos benefícios, diante do risco de inclusão da Zona Franca de Manaus.

09

Educação financeira e política nas escolas

Foram apresentados projetos de lei sobre o tema, sendo eles:

- **PL 6341/2025:** Altera a LDB (Lei nº 9.394/1996), para incluir, como temas transversais nos currículos da educação básica, a educação política e a educação financeira.
- **PL 6585/2025:** Institui diretrizes para a promoção contínua de ações de conscientização e educação financeira nos planos e programas governamentais, como medida de prevenção ao superendividamento.
- **PL 6731/2025:** Institui a Política Nacional de Segurança Financeira da Mulher, com programas de educação econômica, microcrédito protegido e promoção da autonomia patrimonial.
- **PL 6672/2025:** Institui o Programa Nacional de Prevenção ao Endividamento (PNPE), com diretrizes para concessão responsável de crédito, renegociação de dívidas e educação financeira obrigatória.
- **PL 268/2023:** Altera a LDB (Lei nº 9.394/1996), para incluir, como temas transversais nos currículos da educação básica, a educação política e a educação financeira.

10

Melhorias nas condições de trabalho de servidores públicos da educação

Foram apresentados projetos de lei sobre o tema, sendo eles:

- **PL 7133/2025:** Institui o Fundo de Incentivo à Especialização Docente (FIED), destinado ao financiamento de bolsas integrais para formação *stricto sensu* de professores da educação básica pública.
- **PL 3538/2025:** Institui normas para a formação continuada de professores da educação básica em práticas pedagógicas inclusivas e alfabetização de estudantes com deficiência.
- **PL 3254/2024:** Altera a Lei nº 12.933/2013, para prever o benefício de meia-entrada aos professores da educação básica da rede pública e privada.

A fiscalização complementou os projetos de valorização e qualificação docente.

- **RIC 1405/2024:** greve de professores e servidores administrativos do sistema federal.
- **RIC 1596/2024:** falta de profissionais nas redes municipal e estadual.
- **Ofício 115/2026:** problemas na emissão, entrega e regularização dos cartões da Premiação Mais Professores no Amazonas.

11

Melhorias nas condições de trabalho dos agentes de segurança pública

Foram apresentados projetos de lei sobre o tema, sendo eles:

- **PL 6118/2025:** Insere o art. 6º-A na Lei nº 13.756/2018, para condicionar o repasse de recursos do FNSP à implementação de programas de uso de câmeras corporais por agentes de segurança pública.
- **PL 6273/2025:** Altera a Lei nº 9.807/1999 e a Lei nº 13.675/2018, para estender proteção a agentes de segurança pública e defesa social, ativos e inativos.
- **PL 5356/2025:** Dispõe sobre incentivos à instituição e operação de delegacias especializadas em crimes cibernéticos nas Unidades da Federação; altera a Lei nº 13.756/2018 (FNSP).
- **PL 6670/2025:** Altera a Lei nº 9.613/1998, para acelerar a alienação antecipada de bens apreendidos de organizações criminosas e destinar os recursos à segurança pública.
- **PL 1276/2024:** Dispõe sobre o fornecimento de assistência à saúde física e mental nos programas de proteção e segurança dos policiais que atuam no enfrentamento ao crime organizado.
- **PL 2676/2024:** Dispõe sobre os critérios mínimos para promoção de integrantes dos órgãos de segurança pública.
- **Projeto de Lei 422/2026:** Altera a Lei nº 13.675/2018 para dispor sobre políticas de valorização e permanência de profissionais de segurança pública em áreas estratégicas de fronteira e de difícil provimento.

Apoiamento a proposições sobre o tema, como:

- **REQ 194/2023:** Requer o Registro da Frente Parlamentar da Segurança Pública.
- **REQ 1340/2023:** Requer o Registro da Frente Parlamentar Mista em Defesa e Valorização dos Servidores da Segurança Pública Civil.
- **REQ 2333/2023:** Requerimento de Instalação da Frente Parlamentar pela Defesa e Valorização dos Profissionais de Segurança Pública e da Segurança Privada.
- **EMC 9, 5, 11 e 10 à PEC 018/2025:** Alteram os arts. 21, 22, 23, 24 e 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, Estados, Distrito Federal e Municípios relativas à segurança pública.

Atos de fiscalização:

- **RIC 826/2024:** redução do efetivo da PM no Amazonas.
- **RIC 897/2024:** saúde mental dos policiais.
- **Ofício 195/2024:** urgência na nomeação dos aprovados no concurso da PMAM.

- **Ofício 135/2026:** capacidade operacional do Corpo de Bombeiros.
- **Ofícios 140 e 141/2026:** convocação dos aprovados no concurso dos Bombeiros e pedido de apuração ao Ministério Público.

12

Transparência nos índices relacionados à segurança pública

Foram apresentados projetos de lei sobre o tema, sendo eles:

- **PL 6668/2025:** Altera a Lei nº 13.675/2018, para instituir a obrigatoriedade de Protocolos Nacionais de Uso da Força, criar o Observatório Nacional de Letalidade Policial e dá outras providências.
- **PL 1638/2024:** Dispõe sobre o controle e a transparência dos recursos destinados à segurança pública.
- **Projeto de Lei 62/2026:** Dispõe sobre a criação do Banco de Dados Nacional de Golpes Digitais, para centralizar informações sobre fraudes e métodos criminosos, com compartilhamento obrigatório com plataformas de comunicação e instituições financeiras.
- **Projeto de Lei 65/2026:** Estabelece normas para auditoria periódica de desempenho e segurança dos sistemas eletrônicos utilizados pelo Poder Judiciário, com divulgação de relatórios anuais.

Entre os atos mais relevantes da fiscalização estão a transformação de dado escondido em informação pública e providências.

- **RIC 1704/2023:** índices de violência no Amazonas.
- **RIC 1776/2023:** dados sobre LGBTfobia.
- **RIC 3020/2023:** mortes violentas na Amazônia e número de inquéritos.
- **RIC 3037/2023:** facções e criminalidade no Amazonas.
- **RIC 3112/2023:** Amazonas liderando taxa de homicídios.
- **RIC 1623/2024:** sigilo sobre dados de fugas de presídios.
- **RICs 1935, 1945 e 1989/2024:** homicídios e mortes de pessoas trans.
- **Ofícios 01 e 194/2024:** notícia-crime sobre possível envolvimento de agentes do alto escalão da segurança com organizações criminosas.
- **Ofício 379/2025:** cobrou da Polícia Federal dados sobre crime organizado, tráfico fluvial, apreensões, rotas e portos vulneráveis.

13

Modernização do atendimento e metas garantidoras de qualidade dos canais 181, 190, 192 e 193

Foram apresentados projetos de lei sobre o tema, sendo eles:

- **PL 7113/2025:** Altera o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), para incluir a obrigatoriedade de Comunicação Acessível Unificada no serviço público em canais de atendimento e comunicação.
- **PL 6443/2025:** Dispõe sobre medidas de aceleração da análise e concessão de benefícios previdenciários e assistenciais no INSS, com prazos máximos de decisão admi-

nistrativa e mecanismos de modernização.

- **Projeto de Lei 66/2026:** Dispõe sobre a criação do Centro Nacional de Tecnologia Judicial, destinado à integração, padronização e modernização das plataformas de TI dos tribunais.
- **Projeto de Lei 384/2026:** Altera o ECA (Lei nº 8.069/1990), para ampliar os canais de denúncia em ambientes digitais e escolares e reforçar a assistência psicológica prioritária para vítimas de violência sexual na rede pública.
- **Projeto de Lei 389/2026:** Altera a Lei nº 14.457/2022, para reforçar os canais de denúncia e a obrigatoriedade de treinamentos de liderança sobre violência de gênero no ambiente corporativo.

Atos de fiscalização:

- **RIC 2117/2023:** modernização e metas de qualidade para Disque 100, 180 e 181.
- **RIC 2118/2023 e 2646/2023:** mesma cobrança aos Direitos Humanos.
- **RIC 2121/2023:** modernização e metas para o SAMU 192.
- **RIC 2452/2024:** voltou a cobrar execução das metas após a primeira resposta.
- **Ofícios 095 e 096/2026:** pediram apuração de falha no atendimento do SAMU.
- **Ofício 098/2026:** cobrou informações sobre as ambulâncias do SAMU destinadas a Manaus.

14

Equipar a polícia técnico-científica

Atuação Orçamentária e Legislativa

Articulação de emendas e iniciativas orçamentárias de custeio/investimento para órgãos de segurança pública e perícia técnica no Amazonas, combinadas com projetos estruturantes (como o PL 5356/2025 para delegacias de crimes cibernéticos e perícia digital e o PL 6670/2025 para destinar patrimônio apreendido do crime organizado à segurança pública).

15

Combater a dificuldade de acesso ao trabalho por discriminação de gênero ou sexo

Foram apresentados projetos de lei sobre o tema, sendo eles:

- **PL 7203/2025:** Acrescenta o art. 473-A à CLT, para dispor sobre a Estabilidade Provisória e Prioridade de Reconstrução de empregadas vítimas de violência doméstica e familiar.
- **PL 6435/2025:** Altera a Lei nº 8.213/1991 (Plano de Benefícios da Previdência Social), para formalizar o trabalho da mulher no campo.
- **PL 3379/2025:** Altera a Lei nº 14.986/2024, para instituir, na semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História, o dia das mulheres do mercado de TICs.
- **PL 919/2025:** Cria o Programa Garotas em TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação).

- **Projeto de Lei 29/2026:** Altera o Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964), para formalizar o trabalho da mulher no campo.
- **Projeto de Lei 30/2026:** Altera a Lei da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326/2006), para formalizar o trabalho da mulher no campo.
- **Projeto de Lei 52/2026:** Altera o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010), para promover a equidade racial e de gênero no mercado de trabalho.
- **Projeto de Lei 336/2026:** Altera a CLT, para garantir adaptações razoáveis e licença para tratamento de sintomas severos da menopausa no ambiente de trabalho.
- **Projeto de Lei 388/2026:** Altera a CLT, para estabelecer a obrigatoriedade de protocolos de acolhimento e garantia de estabilidade provisória para funcionárias vítimas de violência doméstica e familiar.

A meta gerou um requerimento de informação ao Governo Federal:

- **RIC 3041/2023,** dirigido ao Ministério do Trabalho, sobre desigualdade no mercado de trabalho.

16

Ampliar o sistema de informações e serviços de saúde voltados para a comunidade LGBTQIA+

Foram apresentados projetos de lei sobre o tema, sendo eles:

- **PL 6214/2025:** Institui o Programa Nacional de Apoio a Jovens Empreendedores em Contexto de Vulnerabilidade (PROJOVEM+), e dá outras providências.
- **PL 2640/2023:** Dispõe sobre a criação do Selo Empresa Amiga da Diversidade.

A fiscalização reforça que a atuação não se limitou à apresentação de projeto.

- **RIC 1403/2023:** processo transexualizador, tratamento hormonal e cirurgias no SUS.
- **RIC 1406/2023:** adequação dos documentos e sistemas do SUS ao nome social.
- **RICs 2529 e 2530/2024:** voltaram a cobrar esclarecimentos sobre as respostas fornecidas pelo Ministério da Saúde.

17

Fortalecer a atuação da PF, MPF e instituições afins

Aporte Orçamentário e Infraestrutura

Destinação de R\$ 500 mil em emenda parlamentar para a infraestrutura e mobiliário da sede da Superintendência da Polícia Federal em Manaus.

Representações e Parcerias de Fiscalização

Encaminhamento constante de representações, relatórios técnicos e solicitações de investigação ao Ministério Público Federal (MPF) e ao Tribunal de Contas da União (TCU) sobre desvios de recursos públicos, falhas de saneamento e irregularidades em obras.

Atos de fiscalização:

- **Ofício 050/2026:** pediu à PGR a federalização das investigações da Operação Erga Omnes diante de indícios de crimes federais, transnacionalização e participação de agentes públicos.
- **Ofícios 01 e 194/2024,** encaminhados à PGR sobre possível envolvimento de agentes públicos com organizações criminosas.
- **Ofício 379/2025,** cobrando dados e providências da Polícia Federal no combate ao crime organizado e tráfico fluvial.
- Diversas representações ao MPF, TCU e CGU para apuração do uso de recursos federais.

18

Defender as instituições de proteção dos povos indígenas

Foram apresentados projetos de lei sobre o tema, entre eles:

- **PL 6109/2025:** Dispõe sobre a destinação de quantias oriundas de condenações ou acordos em ações coletivas relativas a danos sofridos por povos, comunidades ou organizações indígenas, assegurando que integrem o patrimônio indígena.
- **PL 6440/2025:** Institui o Sistema Nacional de Informações e Monitoramento da Saúde da Mulher Indígena e protocolos diferenciados de atendimento no âmbito do SUS.
- **PL 6439/2025:** Institui a Política Nacional de Formação e Capacitação em Saúde da Mulher Indígena, valorizando agentes indígenas de saúde e parteiras tradicionais.
- **PL 6441/2025:** Institui o Programa de Prevenção e Tratamento do Câncer de Colo de Útero e Mama Adaptado às Realidades Indígenas.
- **PL 6434/2025:** Altera a Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990), para instituir a prioridade absoluta na atenção à infância indígena.
- **PL 4894/2024 e PL 4891/2024:** Instituem políticas de inclusão digital e capacitação para comunidades tradicionais, ribeirinhas, indígenas e quilombolas da Amazônia.
- **e outras 7 proposições:** voltadas à saúde, formação de profissionais indígenas e inclusão no mercado de trabalho em territórios indígenas e quilombolas.
- **Projeto de Lei 59/2026:** Altera o Código de Processo Penal, para instituir Auditoria Especial obrigatória em inquéritos de intervenção policial com resultado morte de pessoas negras ou indígenas.
- **Projeto de Lei 166/2026:** Altera o Estatuto do Índio (Lei nº 6.001/1973), para instituir procedimentos de proteção imediata a povos indígenas isolados e prazos para confirmação de sua existência.
- **Projeto de Lei 213/2026:** Altera a Lei de Crimes Ambientais, para majorar penas de crimes cometidos em zonas de amortecimento e áreas adjacentes a terras indígenas.

- **Projeto de Lei 267/2026:** Altera a Lei de Registros Públicos, para instituir mecanismos de alerta e bloqueio administrativo de matrículas em áreas de sobreposição com territórios indígenas na Amazônia Legal.

Apoiamento a proposições sobre o tema, como:

- **REQ 385/2023:** Requer o registro da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas.
- **REQ 108/2023 CMADS:** Requer Audiência Pública para debater a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).
- **REQ 907/2025:** Requer informações ao Ministério dos Povos Indígenas sobre ações para garantir a segurança e os direitos da comunidade Ava Guarani na Terra Indígena Yvy Okaju, em Guaíra (PR).

Atos de fiscalização.

- **RIC 1094/2023:** crime organizado e garimpo em terras indígenas.
- **RICs 1294, 1296, 1313, 1315, 1321 e 1326/2023, entre outros:** obras de escolas indígenas paralisadas.
- Fiscalizações sobre tráfico humano, turismo sexual e garimpo ilegal.
- **RIC 438/2024:** mortes de indígenas Yanomami e acesso à saúde.
- **RICs 444 e 450/2024:** alimentação escolar indígena.
- **RIC 445/2024:** contaminação por mercúrio entre os Munduruku.
- **RICs 824, 827 e 828/2025:** ataques contra comunidades Ava-Guarani e seus impactos.
- **Ofício 065/2026:** pediu ao MPF providências diante de possíveis irregularidades e falhas nos serviços de saúde indígena no Vale do Javari e na CASAI de Tabatinga.

Emendas Diretas

Regularização Fundiária, Proteção e Gestão dos Territórios Indígenas do Amazonas - **R\$ 1.050.000,00**

Direitos Pluriétnicos Culturais e Sociais dos Povos Indígenas do Amazonas - **R\$ 450.000,00**

Controle Social e Saúde Indígena: Formação de Conselheiros Distritais (DSEI/AM) - **R\$ 470.000,00**

Foi apresentado um projeto de lei sobre o tema:

- **PL 3533/2025:** Dispõe sobre a proibição de restrição à livre manifestação em perfis oficiais de órgãos e entidades da administração pública direta e indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Ações Fiscalizatórias e Redes de Proteção

Cobrança de transparência e auditoria de recursos federais destinados a programas de assistência e proteção à infância, além da cobrança pela entrega e pleno funcionamento da Casa da Mulher Brasileira em Manaus junto aos órgãos de controle (TCU/Ministérios).

Foram apresentados projetos de lei sobre o tema, sendo eles:

- **PL 6667/2025:** Institui a Política Nacional de Proteção e Segurança de Atores Mirins, com diretrizes de proteção física, emocional, educacional e trabalhista.
- **PL 6643/2025:** Institui o Protocolo Nacional Integrado de Proteção à Criança (PNIPC) e normas gerais para atendimento em casos de violação de direitos.
- **PL 3434/2025:** Estabelece medidas de proteção a crianças e adolescentes no acesso e uso dos meios digitais, com verificação etária e controle parental.
- **PL 3549/2025:** Amplia a proteção de crianças e adolescentes com deficiência, especialmente com TEA, no ambiente escolar.

Apoio a proposições sobre o tema:

- **REQ 1305/2023:** Requer o registro da Frente Parlamentar Mista em Defesa e Proteção das Crianças e Adolescentes durante Festas Populares e Grandes Eventos.

Atos de fiscalização:

- **RIC 1548/2023:** exploração sexual e turismo sexual, com ênfase no Amazonas.
- **RICs 2113, 2115 e 2640/2023:** crianças ribeirinhas, tradicionais e indígenas.
- **RIC 1840/2024:** abuso sexual infantil na internet.
- **RICs 1937, 1939 e 1940/2024:** violência sexual, principalmente contra meninas de 10 a 14 anos.
- **RIC 2519/2024:** nova cobrança após resposta do governo.
- **RICs 6243 e 6244/2025:** “adultização” infantil e exploração sexual digital.
- **RIC 6624/2025:** prevenção, investigação e cooperação internacional contra exploração sexual infantil na internet.

Foram apresentados projetos de lei sobre o tema, entre eles:

- **PL 4102/2023:** Dispõe sobre a proibição da veiculação de conteúdo sexual ou adulto em plataformas digitais que possa expor crianças e adolescentes à sexualização precoce.
- **PL 3417/2025:** Institui mecanismos adicionais de prevenção, monitoramento, investigação e repressão ao abuso sexual infantil online e altera o ECA.

- **PL 3539/2025:** Adapta materiais educativos sobre prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes para formatos acessíveis às pessoas com deficiência.
- **PL 1401/2023:** Institui a Campanha Nacional de Combate ao Assédio e à Violência Sexual contra crianças e adolescentes em locais de prática desportiva.
- **PL 656/2024:** Obriga hospitais públicos e privados a comunicar às delegacias crianças e adolescentes vítimas de agressões físicas e sexuais atendidos em pronto atendimento.

Requerimentos de informação reforçam um mandato que enfatiza as políticas públicas de proteção à crianças e adolescentes.

- **RIC 1548/2023.**
- **RIC 2113/2023.**
- **RIC 2115/2023.**
- **RIC 2640/2023.**
- **RIC 1840/2024.**
- **RICs 1937, 1939 e 1940/2024.**
- **RIC 2519/2024.**
- **RICs 6243 e 6244/2025.**
- **RIC 6624/2025.**

22

Compartilhar PLs com parlamentares do AM e do Brasil

Coautorias

Foi coautor de 164 propostas legislativas (entre projetos, PECs, emendas, frentes parlamentares e outros).

Foi relator de 71 propostas legislativas

Ano	Propostas relatadas
2026	13
2025	33
2024	18
2023	7

23

Fiscalizar verbas federais destinadas ao Amazonas

Comissão de Obras Paradas

Atuação direta na Comissão Externa da Câmara dos Deputados encarregada de fiscalizar obras públicas paradas com recursos federais, com foco nas quase 300 obras paradas no estado do Amazonas.

Fiscalização da Saúde

Protocolo da Proposta de Fiscalização e Controle (PFC 11/2026) para que o TCU e a Comissão de Saúde auditem o armazenamento e a distribuição de medicamentos, insumos e home care custeados com verbas federais no Amazonas.

Tecnologia Cidadã

Criação e manutenção do aplicativo Buracômetro, permitindo que os próprios cidadãos denunciem problemas de infraestrutura e aplicação incorreta de verbas nas cidades.

Obras e infraestrutura

- **RIC 1114/2023:** Porto de Manaus.
- **RIC 1116/2023:** convênio de pavimentação, recapeamento, calçadas e drenagem em Manaus.
- dezenas de RICs sobre obras paralisadas nos municípios.
- **RICs 1832, 1843, 1844 e 1846/2024:** portos de Envira, Humaitá, Itacoatiara e Santa Isabel do Rio Negro.
- **RICs 1949, 1950 e 1951/2024:** aeroportos de São Gabriel da Cachoeira, Parintins e Fonte Boa.

Saúde

- **RIC 1115/2023:** Hospital do Sangue.
- **Ofícios 039, 041, 042 e 056/2025:** transparência e execução de emendas de comissão destinadas à Saúde do Amazonas.
- **Ofícios 124 e 125/2025:** execução de RP6 e RP7 no Fundo Estadual de Saúde.
- vários ofícios posteriores cobrando a execução individual de emendas.

Educação

- dezenas de requerimentos sobre escolas, creches, quadras, universidades e campi com obras federais paradas.
- **RIC 6247/2025: atualização** e fiscalização das obras educacionais paralisadas.
- **Ofícios 190 e 193/2025:** transporte escolar fluvial no Careiro e utilização de Fundeb e FNDE.
- **Ofício 198/2025:** possíveis irregularidades na execução da emenda do IFAM FIT.
- O levantamento registra, por exemplo, fiscalização dos campi do IFAM em Eirunepé e Humaitá, ambos associados a recursos federais e obras que apareciam como paralisadas.

Órgãos de controle

Em 2026 a cobrança deixou de ser apenas pedido de informação:

- **Ofício 094/2026 à CGU:** pediu apuração de possíveis irregularidades na execução de recursos federais da Política Nacional Aldir Blanc em Manaus.
- **Ofícios 127, 130 e 131/2026, para MPF, TCU e CGU:** possíveis irregularidades em con-

tratos de transporte escolar da SEDUC com risco para recursos federais.

- **Ofícios 160 e 161/2026:** denúncia envolvendo acesso ao Bolsa Família, encaminhada ao MPE e MPF.